

TERRITÓRIO DA CIDADANIA CHAPADA DOS VEADEIROS: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA APÓS A INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS RURAIS

CAMILA VITO SILVA DE LIMA*

DIVINA APARECIDA LEONEL LUNAS**

RESUMO: Este artigo visa apresentar a caracterização socioeconômica do Território da Cidadania (TC) Chapada dos Veadeiros, com base em indicadores e dados disponibilizados pelo IBGE, PNUD e antigo MDS. A análise dos dados indica que os municípios integrantes do referido TC têm alcançado melhorias em decorrência das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural. Conclui-se que a indução de territórios rurais têm sido uma estratégia eficaz enquanto geradora de benefícios sociais, mas não têm trazido a dinamização econômica esperada aos municípios que compõem o TC Chapada dos Veadeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros; indicadores socioeconômicos; desenvolvimento territorial rural.

1 INTRODUÇÃO

Por sua essência agrícola, aliada à concentração de terras e às desigualdades no campo, o estado de Goiás, a partir de 2003, passou a ser alvo de políticas públicas governamentais que objetivam dinamizar municípios alocados em regiões rurais que detêm potencial produtivo, mas que possuem complicadores, como baixos indicadores sociais e pouca infraestrutura para construir mercados e redes comerciais sozinhos. Esses municípios goianos foram agrupados pelo governo federal em doze Territórios Rurais (TRs). São eles: Das Águas Emendadas, Chapada dos Veadeiros, Estrada de Ferro, Médio Araguaia, Norte, Parque das Emas, Serra da Mesa, Sudoeste, Vale do Araguaia, Vale do Paranã, Vale do Rio Vermelho e Vale do São Patrício. Em 2009, quatro deles se transformaram também em Territórios da Cidadania (TCs): Das Águas Emendadas, Chapada dos Veadeiros, Vale do Paranã e Vale do Rio Vermelho.

Desta forma, o principal objetivo deste artigo é identificar, por meio de indicadores socioeconômicos, se as políticas de indução de territórios rurais têm sido efetivas, no sentido

* Universidade Estadual de Goiás (UEG). Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Graduada em Ciências Econômicas. E-mail: camilavito@yahoo.com.br

** Universidade Estadual de Goiás (UEG). Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Campinas. Docente do Curso de Ciências Econômicas (CSEH/UEG) e do Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Bolsista do PROPIB/UEG. E-mail: divina.lunas@ueg.br

de promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios integrantes do TC Chapada dos Veadeiros. Para isso, serão utilizados dados do Censo Demográfico e das Contas Municipais computados pelo IBGE, do Atlas de Desenvolvimento Humano mensurado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e informações sobre o Programa Bolsa Família (PBF), divulgados pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Para obtenção dos valores territoriais, utilizou-se a metodologia desenvolvida por Ortega e Estrada (2015), quando da análise dos TRs e TCs de Minas Gerais, que consiste em calcular a média ponderada entre somatório dos indicadores de todos os municípios integrantes do TR ou TC, tendo como fator ponderador a população de cada município, e a população total do TR ou TC. (ORTEGA; ESTRADA, 2015: 286).

2 O RURAL GOIANO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL A PARTIR DE 2003

O território é, sumariamente, um espaço geográfico delimitado por relações de poder e dominação. Tal concepção é tida por Moraes (2002) como herança histórica da constituição de Estados Modernos legitimados espacial e temporalmente. Para o autor, a jurisdição, isto é, a soberania, é um elemento imaterial dessa forma de poder, enquanto que o espaço demarcado – o território – configura-se como o mais importante elemento material. Segundo o autor, a jurisdição parte de uma relação vertical de poder entre a sociedade e seus governantes e o território, por sua vez, revela as relações entre as pessoas e os aspectos naturais desse território ao longo do tempo, numa perspectiva horizontal englobando as esferas econômica, política e cultural da vida social. Nesse sentido, o estudo de uma sociedade deve sempre ser perpassar pela compreensão de seu território.

De acordo com Ablas e Fava (1985), o território goiano foi economicamente inserido no contexto da expansão da fronteira agrícola, em meados do século XX, com suas atividades voltadas para o abastecimento do centro dinâmico da economia – a saber, São Paulo e estados periféricos adjacentes – com matérias primas e produtos agrícolas. Esta ocupação resultou na intensificação das desigualdades sociais no meio rural de Goiás, que se refletiram também nos espaços intensamente urbanizados a partir da década de 1970 do século XX, fruto das relações capitalistas vigentes no sistema econômico brasileiro.

As disparidades geradas pela empresa capitalista no cerrado, acarretaram a divisão da agricultura goiana em dois extremos, de acordo com Oliveira (2007): em uma ponta está o rural moderno, concentrador de terras, produtor de monoculturas voltadas à exportação, com mão de obra assalariada e tecnologia intensiva, denominado internacionalmente de agronegócio. Em oposição, aparece o camponês, que luta pela posse de pequena parcela de terra ou pela manutenção da mesma em seu poder, com produção voltada para a subsistência e o excede para o abastecimento local, trabalho intensivo e mão de obra familiar, conceituado como agricultor familiar. Shiki (1997) acrescenta, ainda, que as terras do agronegócio são planas e de melhor qualidade, em detrimento das terras camponesas, com solo acidentado e que necessitam de maior investimento para produzir. Medeiros (1981) afirma que a consolidação do capital depende deste cenário. Assim,

[...] cumpre ressaltar que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil aponta para o fato de que a criação do que Marx chamou a 'moderna propriedade fundiária' não significa necessariamente a destruição da produção camponesa. Muito pelo contrário, dá-lhe novo vigor, ao mesmo tempo em que reforça os laços de sua subordinação e apropria-se de parcela cada vez maior do trabalho excedente nela gerado, comprometendo sua autonomia. (MEDEIROS, 1981: 31).

É nesse contexto que emerge a abordagem de municípios rurais alocados em territórios economicamente deprimidos que são definidos por Ortega e Estrada (2015) como aqueles conformados por municípios com evolução econômica e social em ritmo inferior se comparados aos índices estaduais e/ou nacionais, cujas disparidades não são sanadas por movimentos autônomos, sendo necessária a intervenção governamental para a inseri-los no mercado de forma competitiva e minimizar as desigualdades sociais.

Para corrigir os problemas campo e dos territórios deprimidos e dar-lhes vantagens comparativas, foi estabelecido o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável a partir de 2002, do qual surgiram, no anos seguintes, os Territórios Rurais e, posteriormente, os Territórios da Cidadania. Nestes programas, as estratégias de desenvolvimento são induzidas por iniciativas do poder público em conjunto com agentes locais. O governo atua por meio da liberação de recursos financeiros, da melhoria de infraestrutura e da ampliação de serviços públicos, agrupando diversas políticas de desenvolvimento num planejamento único e, também, participa da gestão social dos projetos em execução.

O principal objetivo dos programas de desenvolvimento territorial rural é a inserção econômica dos territórios nos mercados competitivos e suas principais diferenças entre políticas antecessoras referem-se à abrangência espacial, que deixa de ser municipal e passa a ser intermunicipal, e à integração das áreas rurais com as urbanas, elevando a capacidade produtiva, comercial e o potencial local de inovação e diversificação.

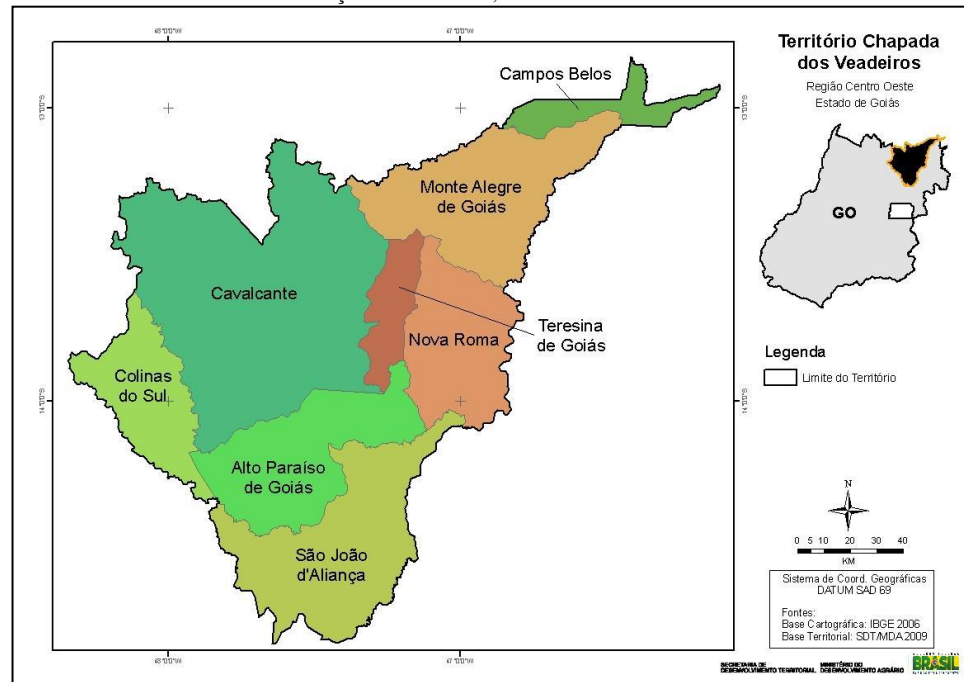
Apesar de alguns problemas, Ortega e Estrada (2015) analisam como positivas as mudanças ocorridas pelas políticas públicas atuais de desenvolvimento territorial, que forneceram maior qualidade de vida à população dos territórios. Em contrapartida, Geraldi (2012) critica a estrutura dessas políticas no sentido de serem economicistas, pela tentativa de despolitizar os conflitos da questão agrária, por meio do estabelecimento de pactos e consensos, e por reduzirem a classe camponesa à um mero público a ser atingido por políticas públicas e não como seres capazes de criar instituições e tomar decisões próprias, além da reificação da identidade territorial.

3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CHAPADA DOS VEADEIROS

O TC Chapada dos Veadeiros abarca oito municípios goianos localizados na região norte de Goiás, conforme a Figura 01.

Figura 01 – Municípios que compõem o TC Chapada dos Veadeiros (GO)

Fonte: MDS – Sistema de Informações Territoriais, 2009.



A área geográfica do TC Chapada dos Veadeiros corresponde a 6,3% de Goiás, contudo, sua densidade demográfica é a menor entre os outros TRs e TCs do estado. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população total do TC Chapada dos Veadeiros equivale a 62.684 habitantes, sendo que 32,8% deles residiam em domicílios rurais,

configurando-se na segunda maior concentração rural dentre os demais territórios induzidos em solo goiano. A Tabela 01 apresenta dos dados demográficos individuais dos municípios do TC Chapada dos Veadeiros.

Na maioria dos municípios do TC Chapada dos Veadeiros, a população está alocada na zona urbana. As exceções são Monte Alegre de Goiás e Nova Roma, que possuem quase 60% de seus habitantes em domicílios rurais.

Tabela 01: População, área e densidade demográfica dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO), 2010

Município	População Total	População Urbana	%	População Rural	%	Área (Km ²)	Densidade demográfica (hab/Km ²)
Alto Paraíso de Goiás	6.885	5.219	75,80	1.666	24,20	2.593,9	2,65
Campos Belos	18.410	16.206	88,03	2.204	11,97	724,1	25,43
Cavalcante	9.392	4.742	50,49	4.650	49,51	6.953,7	1,35
Colinas do Sul	3.523	2.525	71,67	998	28,33	1.708,2	2,06
Monte Alegre de Goiás	7.730	3.164	40,93	4.566	59,07	3.119,8	2,48
Nova Roma	3.471	1.426	41,08	2.045	58,92	2.136,0	1,63
São João d'Aliança	10.257	6.724	65,56	3.533	34,44	3.327,4	3,08
Teresina de Goiás	3.016	2.134	70,76	882	29,24	774,6	3,89
Território Chapada dos Veadeiros	62.684	42.140	67,23	20.544	32,77	21.337,7	2,94
Estado de Goiás	6.003.788	5.420.714	90,29	583.074	9,71	340.103,5	17,65
Brasil	190.755.799	160.925.792	84,36	29.830.007	15,64	8.502.728,3	22,43

Fonte: IBGE, Banco Sidra, Censo Demográfico de 2010.

Em relação à distribuição da população no espaço, as densidades demográficas são baixas, com exceção de Campos Belos cujo valor supera os índices de Goiás e do Brasil. O município com menor densidade demográfica é também o de maior área: Cavalcante. Nele, está localizada a maior parcela do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros que, em 2001, foi tombado Patrimônio Mundial Natural, conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Através da Tabela 02 é possível identificar a taxa média anual de crescimento do TC Chapada dos Veadeiros e seus municípios participantes. Entre 1991 e 2000, o crescimento da população territorial atingiu nível acima do crescimento populacional do estado e do país. Nos anos 2000-2010, o TC Chapada dos Veadeiros permaneceu com taxas positivas de crescimento populacional nas áreas urbanas e taxas negativas nas áreas rurais, porém, a intensidade das quedas foi inferior ao período antecedente, fenômeno que, para Graziano da Silva (2001), reflete a característica do novo rural brasileiro, em que há a elevação do crescimento das populações rurais e um ponto de inflexão do êxodo rural.

Nos dois períodos analisados, é interessante ressaltar que a população urbana apresenta variação positiva em todos os municípios, ainda que os valores tenham reduzido na última década analisada. Tal comportamento, para Ortega e Estrada (2015), refletem a ineficiência da atuação do Estado para manter o homem no campo, pois ainda não erradicaram a migração da população rural para o meio urbano.

Tabela 02 - Taxa média anual de crescimento populacional dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO) entre 1991 e 2010 (em %)

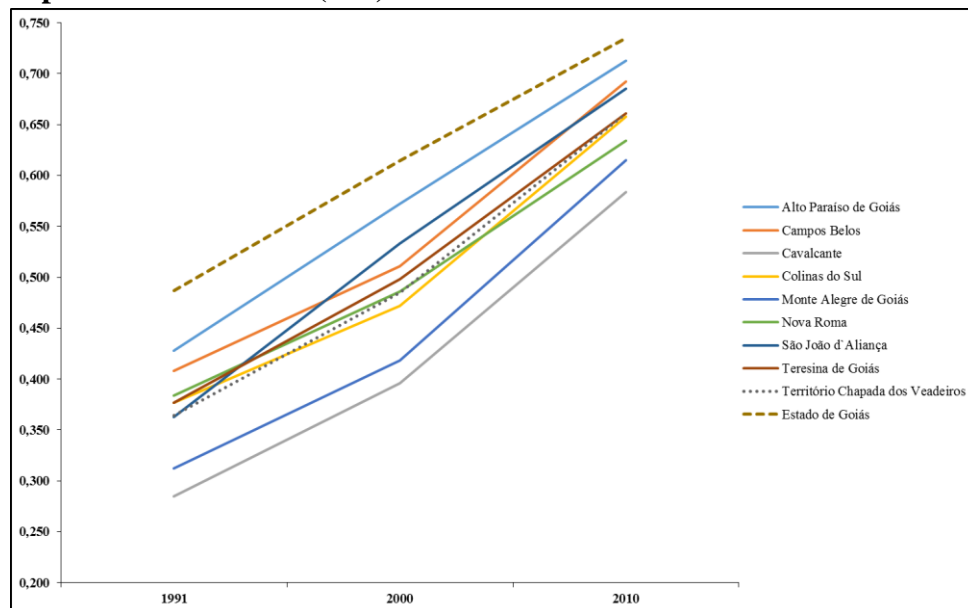
Município	1991-2000			2000-2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Alto Paraíso de Goiás	5,27	8,81	0,84	1,26	2,77	-1,87
Campos Belos	1,73	2,35	-0,66	0,89	1,56	-2,49
Cavalcante	1,35	9,18	-1,19	0,29	3,31	-1,71
Colinas do Sul	0,78	10,19	-4,05	-0,54	1,36	-3,48
Monte Alegre de Goiás	-1,50	2,30	-3,02	1,35	1,69	1,13
Nova Roma	-2,35	0,47	-3,41	-0,74	0,70	-1,55
São João d'Aliança	3,52	7,48	-0,28	5,81	6,73	4,30
Teresina de Goiás	9,81	10,88	7,80	1,85	2,25	0,99
Território Chapada dos Veadeiros	1,41	4,66	-1,68	1,32	2,52	-0,58
Estado de Goiás	2,72	3,93	-2,37	2,22	2,59	-0,43
Brasil	1,74	2,70	-1,24	1,37	1,85	-0,70

Fonte: IBGE, Banco Sidra, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é um indicador mensurado pelo PNUD, que analisa as dimensões social, política, econômica e ambiental, e são capazes de fomentar o desenvolvimento humano em certa localidade. Quanto mais próximo de 1, maior é o grau de desenvolvimento humano. Os índices são classificados como: muito baixo (0-0,499); baixo (0,500-0,599); médio (0,600-0,699); alto (0,700-0,799); e, muito alto (0,800-1). (PNUD, 2016). Devido à sua importância, esse indicador será utilizado para melhor compreender a realidade do TC Chapada dos Veadeiros e municípios correspondentes, cujas trajetórias entre 1991 a 2010 estão representadas na Figura 02.

O IDHM do TC Chapada dos Veadeiros e de seus municípios integrantes foi mais baixo que o do estado em todos os anos analisados, sendo classificado como muito baixo até o ano 2000, o que justifica a atuação do poder público enquanto promotor do desenvolvimento. Em 2010, nota-se a elevação do índice para uma nova categoria, passando para IDHM médio, o que pode indicar que as políticas públicas implantadas têm tido positivo. Em geral, dos oito municípios integrantes do TC Chapada dos Veadeiros, seis apresentaram IDHM médio na última avaliação, em 2010.

Figura 02 – Evolução do IDHM dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO) entre 1991 e 2010



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Dados tabulados pelas autoras.

Em âmbito municipal, somente Alto Paraíso de Goiás apresentou índice considerado alto. O pior índice, nos dois períodos analisados, pertence à Cavalcante. Contudo, entre os anos 2000 e 2010, esse município apresentou a maior variação entre todos outros: 47,5%, o que não foi suficiente para alterar a condição de baixo desenvolvimento humano.

Fazem parte do cômputo do IDHM, outros indicadores que demonstram as condições de moradia e de expectativa de vida, que auxiliam na reflexão sobre o bem-estar social de um município. Para o TC Chapada dos Veadeiros, os indicadores de mortalidade infantil e da quantidade de domicílios com energia elétrica, banheiro e água encanada estão descritos na Tabela 03.

A mortalidade infantil no TC Chapada dos Veadeiros apresenta queda entre 1991 e 2010, caindo pela metade no período 2000-10: passou de 30 para 14,8 mortes a cada mil nascimentos. Seus índices são superiores aos de Goiás, mas inferiores aos nacionais. A tendência de queda também aparece em todos os municípios, porém com maior homogeneidade na última década analisada, em que a menor variação no índice pertenceu à Alto Paraíso de Goiás. Vale destacar que entre 1991 e 2000, o município de Alto Paraíso de Goiás possuía índices menores do que os do estado e do país.

Em 2010, a energia elétrica esteve presente em 88,8% das residências constantes no TC Chapada dos Veadeiros, valor abaixo dos resultados estadual e nacional, mas que está em

constante crescimento. Nesse quesito, alguns municípios apresentaram desempenho elevado, sobretudo no período 1991-2000, em que mais que dobraram a distribuição de energia elétrica. São eles: Colinas do Sul, Nova Roma e Monte Alegre de Goiás. A elevação desse indicador representa a melhor distribuição dos serviços públicos que estão cada vez mais próximos da população de áreas carentes: em 1991, apenas três municípios do TC Chapada dos Veadeiros possuíam mais de 60% de domicílios com energia elétrica. Já em 2010, apenas um município se manteve abaixo desse valor: Cavalcante, que apresentou os piores índices do TC nos três anos analisados.

Tabela 03 - Evolução da taxa de mortalidade infantil e do número de domicílios com energia elétrica, banheiro e água encanada dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO) entre 1991 e 2010 (em %)

Município	Mortalidade Infantil			Domicílios com energia elétrica			Domicílios com banheiro e água encanada		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Alto Paraíso de Goiás	25,58	22,20	14,30	62,37	89,53	93,22	54,46	89,25	91,60
Campos Belos	36,06	31,20	14,80	70,44	86,15	97,19	38,82	62,45	92,17
Cavalcante	33,31	32,70	15,40	24,62	36,63	57,57	15,95	28,97	61,77
Colinas do Sul	34,86	34,10	14,30	27,55	75,05	93,57	22,22	56,42	85,31
Monte Alegre de Goiás	37,57	33,30	14,60	30,92	62,61	81,52	15,57	38,53	65,86
Nova Roma	33,58	26,50	15,00	27,38	70,76	97,91	14,54	57,64	88,00
São João d'Aliança	31,09	26,50	15,00	48,70	83,05	98,34	37,23	72,30	92,59
Teresina de Goiás	36,93	30,80	14,60	62,61	68,49	94,76	49,01	55,12	84,38
Território Chapada dos Veadeiros	34,16	30,01	14,82	46,39	72,59	88,79	29,32	57,12	83,39
Estado de Goiás	29,53	24,44	13,96	87,13	97,25	99,39	65,06	86,07	93,66
Brasil	44,68	30,57	16,70	84,84	93,46	98,58	66,97	76,72	87,16

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Em relação à presença de banheiro e água encanada nos domicílios, o TC Chapada dos Veadeiros apresenta percentuais abaixo dos padrões estaduais e nacionais, entretanto, alcançou variação positiva nos anos estudados: de 1991 a 2000, elevou em 95% seu índice e, em 2000-10, 46%. Em 1991, apenas metade dos municípios tinham percentuais acima da média territorial. Em 2010, apenas dois estiveram abaixo da média territorial: Monte Alegre de Goiás e Cavalcante. Entre 2000 e 2010, apenas Alto Paraíso de Goiás elevou seu índice a uma taxa decrescente em relação ao do TC e Cavalcante mais que dobrou seu percentual.

O nível educacional também influencia na composição do IDH e são importantes instrumentos de avaliação do desenvolvimento humano. A Tabela 06 apresenta a taxa de analfabetismo e a expectativa de anos de estudo no TC Chapada dos Veadeiros.

A taxa de analfabetismo do TC Chapada dos Veadeiros e de todos os seus municípios integrantes é decrescente entre 1991 e 2010, com desaceleração da queda na última década analisada. Contudo, a quantidade de analfabetos do TC continua elevada, tanto em nível

territorial, quanto municipal. Alto Paraíso de Goiás é o município que mais se aproxima da taxa nacional, mas ainda assim é cerca de 50% maior que o percentual do estado. Em todos os anos, o município de Cavalcante apresentou as maiores taxas de analfabetismo e, em 2010, seu valor foi quase o triplo do valor estadual.

Tabela 04 - Taxa de analfabetismo e expectativa de anos de estudo dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO) entre 1991 e 2010

Município	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais (em %)			Expectativa de anos de estudo		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Alto Paraíso de Goiás	31,58	16,86	12,09	7,64	7,71	9,56
Campos Belos	33,57	22,75	16,46	7,80	8,26	9,79
Cavalcante	51,68	45,13	29,33	4,51	4,31	8,14
Colinas do Sul	31,78	21,70	17,32	6,57	7,33	9,36
Monte Alegre de Goiás	51,22	31,02	26,79	7,21	6,92	8,04
Nova Roma	38,43	22,98	21,59	6,45	8,50	8,50
São João d'Aliança	30,15	20,05	15,46	6,11	7,13	9,23
Teresina de Goiás	34,81	34,62	17,62	5,06	7,00	9,78
Território Chapada dos Veadeiros	39,22	26,94	19,41	6,69	7,15	9,11
Estado de Goiás	19,73	12,86	8,46	8,30	9,04	9,72
Brasil	20,88	14,50	10,19	8,16	8,76	9,54

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013

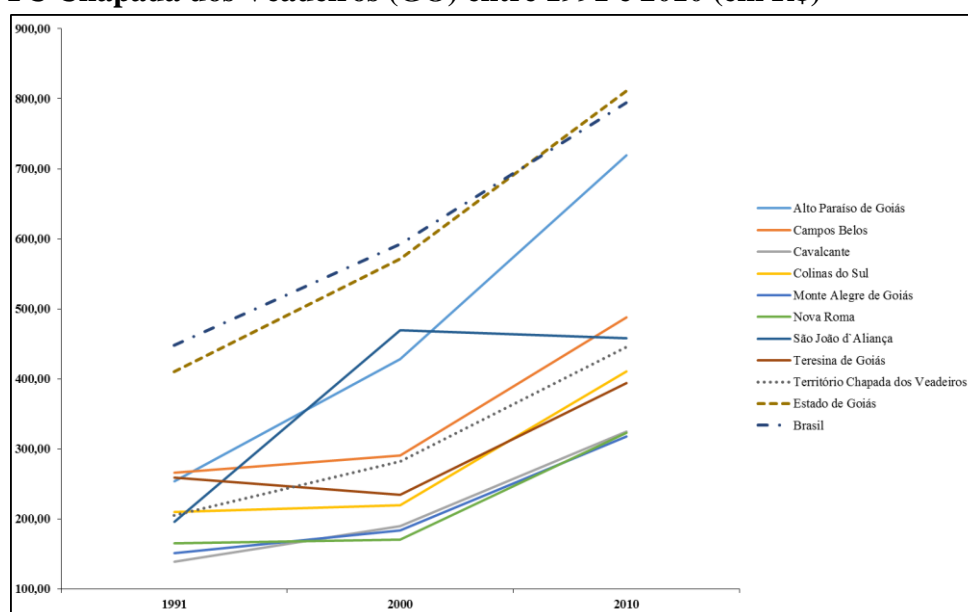
A quantidade de anos de estudo apresenta trajetória de crescimento para o TC Chapada dos Veadeiros, com variação mais expressiva no decênio 2000-10, aproximando-se dos números de Goiás e do Brasil. Cavalcante, apesar de ter o pior desempenho, em 2010, foi o município com maior variação entre 2000 e 2010: aumento de 89%.

Analisando o caso de Minas Gerais, Ortega e Estrada (2015) afirmam que as políticas públicas educacionais e a expansão das universidades contribuíram para a elevação dos níveis educacionais nos anos 2000-2010. No TC Chapada dos Veadeiros, essa realidade se confirma: em 2010, o município de Campos Belos obteve desempenho superior ao de Goiás e do Brasil, sendo o que possui maior tempo de estudo no TC, reflexo da implantação de dois campus universitários de instituições públicas na cidade: Instituto Federal Goiano e Universidade Estadual de Goiás, entre os anos 2000 e 2010.

Com maior qualificação os rendimentos tendem a ser mais elevados. A Figura 03 mostra o comportamento da renda *per capita* no TC Chapada dos Veadeiros entre 1991 e 2010.

A curva de renda média *per capita* do TC Chapada dos Veadeiros é ascendente em todos os anos analisados, porém distante das curvas do estado e do país. A renda média *per capita* do TC em 2010 equivaleu a R\$ 445,04, enquanto que a de Goiás foi de R\$ 810,97 e a do Brasil R\$ 793,87. No primeiro decênio, o crescimento da renda *per capita* é mais expressivo apenas para São João d'Aliança e Alto Paraíso de Goiás. Já nos anos 2000-10, sete municípios do TC aumentaram a renda *per capita* em mais de 60%. A renda *per capita* mais elevada está em Alto Paraíso de Goiás e a menor em Monte Alegre de Goiás.

Figura 03 – Evolução da renda *per capita* dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO) entre 1991 e 2010 (em R\$)



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Dados tabulados pelas autoras.

Com a elevação da renda, é importante verificar se houve redução da pobreza. A Tabela 05 apresenta os percentuais de pobreza no TC Chapada dos Veadeiros.

O número de pobres do TC Chapada dos Veadeiros em 1991 alcançava quase 63% da população e, desde então, apresenta queda, chegando a 27% em 2010, com variação expressiva no último decênio analisado: queda de 47,7%. Essa tendência se repetiu em todos os municípios do TC, sendo que em 2010, cinco municípios possuíam percentuais menores que a média territorial, cuja maior redução municipal entre 2000 e 2010 ocorreu no município de São João d'Aliança. Apesar dos valores decrescentes, o percentual de pobres no Território ainda é elevado, sendo mais que o triplo do valor de Goiás e quase o dobro do Brasil.

Em relação aos extremamente pobres, o percentual atribuído ao TC Chapada dos Veadeiros também é elevado: é quase seis vezes maior que o número estadual e o dobro da

quantidade nacional, segundo os valores de 2010. Contudo, os números do TC apresentam queda ao entre 1991 e 2010, com maior variação na última década do período. Dos oito municípios do TC Chapada dos Veadeiros, seis tiveram variação entre os percentuais de 2000-10 acima do desempenho territorial, com a maior redução para Colinas do Sul. Em 2010, Alto Paraíso de Goiás obteve o menor percentual de redução do TC analisado.

Tabela 05 – Quantidade de pobres e extremamente pobres dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO) entre 1991 e 2010 (em %)

Município	Pobres			Extremamente pobres		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Alto Paraíso de Goiás	66,60	32,36	17,22	28,84	8,83	5,27
Campos Belos	50,27	47,68	22,46	20,21	20,97	8,95
Cavalcante	74,00	63,67	42,96	44,95	36,44	28,11
Colinas do Sul	70,69	55,12	23,57	38,72	28,43	8,59
Monte Alegre de Goiás	71,11	62,36	39,81	47,95	36,95	24,06
Nova Roma	70,66	59,82	22,50	36,48	28,09	14,05
São João d`Aliança	55,81	48,26	19,77	28,27	19,18	9,35
Teresina de Goiás	47,68	47,46	29,11	22,39	31,42	9,59
Território Chapada dos Veadeiros	62,73	51,76	27,04	33,16	25,36	13,64
Estado de Goiás	32,32	20,97	7,59	10,86	6,11	2,32
Brasil	38,16	27,90	15,20	18,64	12,48	6,62

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013

Grande parcela da redução dos percentuais de pobreza é atribuída aos programas governamentais de transferência de renda implantados a partir de 2003, como o Programa Bolsa Família, cujos valores para o TC Chapada dos Veadeiros aparecem na Tabela 06.

Tabela 06 - Dados sobre o Programa Bolsa Família dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO) entre 2004 e 2013

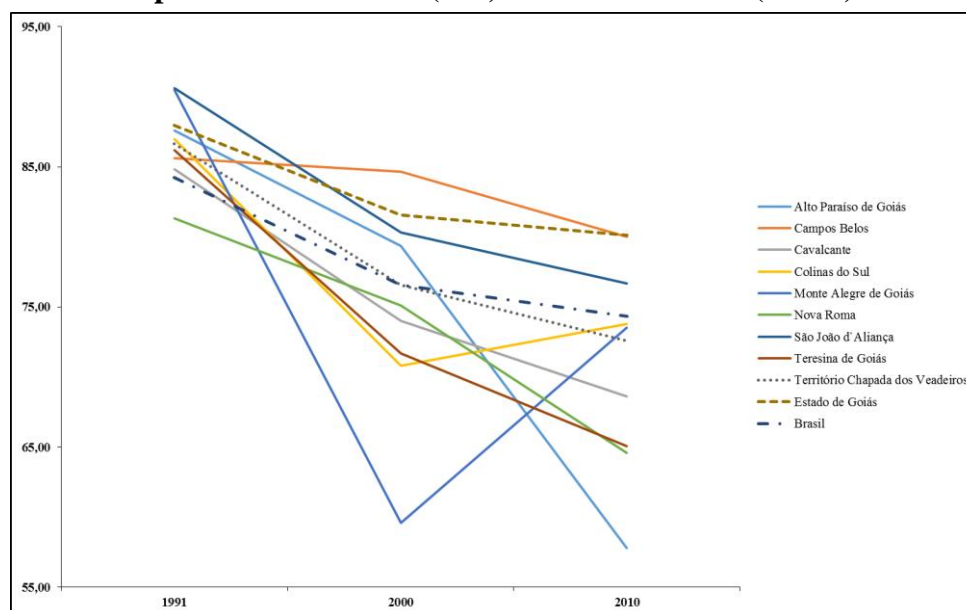
Município	Famílias beneficiadas						Valor médio anual por família		
	2004		2010		2013		2004	2010	2013
	Número	Valor (R\$)	Número	Valor (R\$)	Número	Valor (R\$)			
Alto Paraíso de Goiás	212	143.204	662	739.622	637	1.145.256	675,49	1.117,25	1.797,89
Campos Belos	1.125	661.299	2.105	2.589.426	2.208	3.337.662	587,82	1.230,13	1.511,62
Cavalcante	158	20.320	1.397	1.686.174	1.341	2.632.390	128,61	1.207,00	1.963,01
Colinas do Sul	95	5.070	357	333.943	443	920.580	53,37	935,41	2.078,06
Monte Alegre de Goiás	256	153.736	1.072	1.297.165	1.212	2.204.106	600,53	1.210,04	1.818,57
Nova Roma	179	121.856	462	560.038	472	909.396	680,76	1.212,20	1.926,69
São João d`Aliança	477	124.587	998	1.125.100	1.025	1.751.814	261,19	1.127,35	1.709,09
Teresina de Goiás	46	5.450	398	483.167	472	1.070.948	118,48	1.213,99	2.268,96
Território Chapada dos Veadeiros	2.548	1.235.522	7.451	8.814.635	7.810	13.972.152	484,90	1.183,01	1.789,01
Estado de Goiás	135.758	58.238.560	326.084	333.388.973	340.341	558.431.404	428,99	1.022,40	1.640,80

Fonte: MDS, Matriz de Informação Social, 2004, 2010 e 2013

Em uma década, o PBF elevou o valor repassado para as famílias do TC Chapada dos Veadeiros em mais de 1.000% e passou a atender cerca de 5.200 famílias a mais em relação à 2004. Em 2013, os municípios do Território receberam, conjuntamente, 2,5% de todo o valor repassado para Goiás, com valor médio anual por família acima da média estadual. Entre 2004 e 2010, ocorreram as maiores variações percentuais entre a quantidade de famílias beneficiadas, o valor repassado e o valor médio anual por família, sendo expressiva nos municípios de Cavalcante, Colinas do Sul e Teresina de Goiás.

Considerando um número médio de quatro pessoas por família, destaca-se que 47,5% das famílias do TC Chapada dos Veadeiros foram atendidas pelo PBF em 2010. Nesse contexto, é relevante investigar a participação dos rendimentos do trabalho na renda das famílias dos municípios do TC em questão, cuja evolução aparece na Figura 04.

Figura 04 – Evolução da renda do trabalho dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO) entre 1991 e 2010 (em %)



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Dados tabulados pelas autoras.

Entre 1991 e 2010, o percentual de renda proveniente do trabalho no orçamento das famílias do TC Chapada dos Veadeiros é decrescente, repetindo a tendência estadual e nacional. No período 1991-2000, todos os municípios do Território apresentaram queda neste quesito e, nos anos 2000-10, as exceções são Colinas do Sul e Monte Alegre de Goiás. A maior redução da última década pertence ao município de Alto Paraíso de Goiás, assim como o menor percentual de rendimentos do trabalho do TC Chapada dos Veadeiros.

A última análise a ser feita refere-se ao Produto Interno Bruto (PIB) do TC Chapada dos Veadeiros, cujos dados estão dispostos na Tabela 07.

O PIB do TC Chapada dos Veadeiros correspondeu, no ano 2010, à 0,75% do PIB goiano, mesmo crescendo à uma taxa média anual superior às de Goiás e do Brasil. O setor com maior Valor Adicionado Bruto (VAB) do Território é o de serviços, sobretudo devido ao potencial turístico dos municípios que dele fazem parte.

Tabela 07 - Comportamento do PIB a preços correntes dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO), 2000 e 2010 (em %)

Município	PIB		PIB 2000 em valores de 2010	Taxa média anual de crescimento do PIB (%)
	2000	2010		
Alto Paraíso de Goiás	16.968	53.766	33.461	4,20
Campos Belos	33.561	124.699	66.183	5,21
Cavalcante	38.063	306.242	75.061	8,39
Colinas do Sul	8.256	24.796	16.281	3,82
Monte Alegre de Goiás	13.373	50.872	26.372	5,35
Nova Roma	7.415	39.911	14.623	7,04
São João d'Aliança	22.127	117.428	43.635	6,98
Teresina de Goiás	4.333	16.113	8.545	5,22
Território Chapada dos Veadeiros	144.096	733.827	284.161	6,47
Estado de Goiás	26.249.031	97.575.930	51.763.773	5,22
Brasil	1.179.482.000	3.770.084.872	2.325.969.239	4,26

Fonte: IBGE, Banco Sidra, 2000 e 2010.

Vale destacar que, dos oito municípios pertencentes ao Território, apenas três deles tiveram crescimento acima do valor territorial no período entre 2000 e 2010. São eles: Cavalcante, Nova Roma e São João d'Aliança. Destes, o primeiro alcançou o PIB mais elevado em 2010, correspondendo a 41% do PIB territorial, cujo VAB é maior no setor industrial, impulsionado pela extração de minerais, sobretudo o manganês. Em contrapartida, Teresina de Goiás teve o menor PIB do TC Chapada dos Veadeiros em 2010, com maior VAB no setor da Administração Pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da observação dos dados socioeconômicos do TC Chapada dos Veadeiros é possível depreender que se trata de um aglomerado de municípios heterogêneos entre si e com

pouca dinamização econômica, justificando-se, assim, a intervenção do poder público enquanto fomentador do desenvolvimento econômico e humano (vide Quadro 01).

Nesse sentido, é possível afirmar que as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural alcançaram resultados positivos nos municípios integrantes do TC Chapada dos Veadeiros no que se refere ao bem-estar social da população na forma de um acelerador do desenvolvimento. Entre 2000 e 2010, houve elevação do IDH, melhoria da infraestrutura energética e de saneamento básico, redução da mortalidade infantil, redução da pobreza e da extrema pobreza e elevação da renda *per capita*.

Quadro 01 – Síntese dos indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes ao TC Chapada dos Veadeiros (GO), 2010

Indicadores	Alto Paraíso de Goiás	Campos Belos	Cavalcante	Colinas do Sul	Monte Alegre de Goiás	Nova Roma	São João d'Aliança	Teresina de Goiás
População	6.885	18.410	9.392	3.523	7.730	3.471	10.257	3.016
Distribuição da População	urbana	urbana	urbana	urbana	rural	rural	urbana	urbana
Taxa de crescimento da população	positiva	positiva	positiva	negativa	positiva	negativa	positiva	positiva
Êxodo rural	sim	sim	sim	sim	não	sim	não	não
IDHM	alto	médio	baixo	médio	médio	médio	médio	médio
Mortalidade infantil*	inferior 14,30	inferior 14,80	superior 15,40	inferior 14,30	inferior 14,60	superior 15,00	superior 15,00	inferior 14,60
Domicílios com energia elétrica*	superior 93,22%	superior 97,19%	inferior 57,57%	superior 93,57%	inferior 81,52%	superior 97,91%	superior 98,34%	superior 94,76%
Domicílios com banheiro e água encanada*	superior 91,6%	superior 92,17%	inferior 61,77%	superior 85,31%	inferior 65,86%	superior 88%	superior 92,59%	superior 84,38%
Taxa de analfabetismo*	inferior 12,09%	inferior 16,46%	superior 29,33%	inferior 17,32%	superior 26,79%	superior 21,59%	inferior 15,46%	inferior 17,62%
Anos de estudo*	superior 9,56	superior 9,79	inferior 8,14	superior 9,36	inferior 8,04	inferior 8,5	superior 9,23	superior 9,78
Renda per capita*	superior R\$ 719,11	superior R\$ 487,96	inferior R\$ 324,92	inferior R\$ 410,83	inferior R\$ 317,66	inferior R\$ 323,19	superior R\$ 457,89	inferior R\$ 394,33
% de pobres*	inferior 17,22	inferior 22,46	superior 42,96	inferior 23,57	superior 39,81	inferior 22,5	inferior 19,77	superior 29,11
% de extremamente pobres*	inferior 5,27	inferior 8,95	superior 28,11	inferior 8,59	superior 24,06	superior 14,05	inferior 9,35	inferior 9,59
Famílias beneficiárias do PBF	662	2.105	1.397	357	1.072	462	998	398
% da população beneficiária**	inferior 38,46%	inferior 45,74%	superior 59,5%	inferior 40,53%	superior 55,47%	superior 53,24%	inferior 38,92%	superior 52,79%
Valor médio anual recebido do PBF	R\$ 1.117,25	R\$ 1.230,13	R\$ 1.207,00	R\$ 935,41	R\$ 1.210,04	R\$ 1.212,20	R\$ 1.127,35	R\$ 1.213,99
% de renda do trabalho*	inferior 57,79%	superior 80%	inferior 68,63%	superior 73,81%	superior 73,54%	inferior 64,57%	superior 76,67%	inferior 65,09%
Valor Adicionado Bruto do PIB por setores	Serviços	Serviços	Indústria	Administração	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Administração
Ranking do PIB	4º lugar	2º lugar	1º lugar	7º lugar	5º lugar	6º lugar	3º lugar	8º lugar

Fonte: IBGE - Banco Sidra, 2010. PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. MDS - Matriz de Informação Social, 2010.

Notas: * A comparação é feita com o desempenho do TR Chapada dos Veadeiros.

** Considerando-se uma família com quatro pessoas.

Contudo, a indução governamental não foi capaz de conter o êxodo rural, elevou a dependência econômica da população em relação ao governo na medida em que a renda do trabalho caiu e as transferências de renda por meio de políticas públicas se elevaram, e, por fim, mantiveram a desigualdade econômica tanto intra, quanto intermunicipal.

Em suma, consideramos que as políticas de desenvolvimento territorial rural são importantes, necessárias e precisam de continuidade, mas também precisam passar por constantes melhorias a fim de se adaptarem às distintas realidades dos municípios e dos recortes territoriais.

REFERÊNCIAS

ABLAS, Luiz Augusto Q.; FAVA, Vera Lúcia. A dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro no período recente. In: _____. **Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro**. v. 2. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985. p. 53-142

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Informações Territoriais**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=5205307>>. Acesso em 06 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Matriz de Informação Social**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php>. Acesso em 06 ago. 2016.

GERALDI, Juliano. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas: PPP**, Brasília, n. 39, p. 155-185, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/318/278>>. Acesso em 25 abr. 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: SEMINÁRIO DO PROJETO RURUBANO, 2., 2001, Campinas [online]. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/velhos-e-novos-mitos-do-rural-brasileiro/at_download/file>. Acesso em 08 ago. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp>>. Acesso em 04 ago. 2016.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/>>. Acesso em 07 ago. 2016.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Movimento camponês e reforma agrária. **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 4, 1981, p. 31-39.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Estado e território numa perspectiva histórica. In: _____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 61-76.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma**

agrária. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

ORTEGA, Antonio C.; ESTRADA, Eduardo M. **Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha**. Campinas: Editora Alínea, 2015.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acesso em 04 ago. 2016.

SHIKI, Shigeo. Sistema agroalimentar no cerrados brasileiros: caminhando para o caos? In: SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano da; ORTEGA, Antonio Cesar (orgs.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1997, p. 135-165.